

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2011

1

Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998	Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2011	Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2011
	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que “dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde”, para incluir os tratamentos antineoplásicos de uso oral entre as coberturas obrigatórias.	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir tratamentos entre as coberturas obrigatórias.
	O Congresso Nacional decreta:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
		Art. 1º Esta Lei inclui entre as coberturas obrigatórias dos planos privados de assistência à saúde, em todo o território nacional, tratamentos antineoplásicos de uso oral, procedimentos radioterápicos para tratamento de câncer e hemoterapia.
	Art. 1º A Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:	Art. 2º A Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 10	“Art. 10	“Art. 10
VI - fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar;	VI – fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar, ressalvado o disposto nas alíneas “c” do inciso I e “g” do inciso II do art. 12;	VI – fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar, ressalvado o disposto nas alíneas c do inciso I e g do inciso II do art. 12;
.....”” (NR)”(NR)
Art. 12	“Art. 12	“Art. 12
I –	I –	I -
c) cobertura de despesas referentes a honorários médicos, serviços gerais de enfermagem e alimentação;	c) cobertura de quimioterapia oncológica domiciliar de uso oral, incluindo medicamentos para o controle de efeitos adversos relacionados ao tratamento e adjuvantes;	c) cobertura de tratamentos antineoplásicos domiciliares de uso oral, incluindo medicamentos para o controle de efeitos adversos relacionados ao tratamento e adjuvantes;
II –	II –	II –
	g) cobertura para quimioterapia oncológica ambulatorial e domiciliar, procedimentos radioterápicos para tratamento de câncer e hemoterapia, na qualidade de procedimentos cuja necessidade esteja relacionada à continuidade da	g) cobertura para tratamentos antineoplásicos ambulatoriais e domiciliares de uso oral, procedimentos radioterápicos para tratamento de câncer e hemoterapia, na qualidade de procedimentos cuja necessidade esteja relacionada à continuidade da assistência prestada em âmbito de internação



Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2011

2

Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998	Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2011	Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2011
	assistência prestada em nível de internação hospitalar;	hospitalar;
.....
	§ 4º As coberturas a que se referem as alíneas “c” do inciso I e “g” do inciso II deste artigo serão objeto de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, revisados periodicamente, ouvidas as sociedades médicas de especialistas da área, publicados pela ANS.” (NR)	§ 4º As coberturas a que se referem as alíneas c do inciso I e g do inciso II deste artigo serão objeto de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, revisados periodicamente, ouvidas as sociedades médicas de especialistas da área, publicados pela ANS.
		§ 5º O fornecimento previsto nas alíneas c do inciso I e g do inciso II do art. 12 dar-se-á, por meio de rede própria, credenciada, contratada ou referenciada, diretamente ao paciente ou ao seu representante legal, podendo ser realizado de maneira fracionada por ciclo, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos reguladores e de acordo com prescrição médica.”(NR)
	Art. 2º Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.	Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

